



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GEOGRAFIA

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO IRREGULAR
COM A ATUAÇÃO DOS AGENTES MODELADORES
DO ESPAÇO E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS:
UM ESTUDO DE JUIZ DE FORA**

INGRID HELENA DE MOURA

JUIZ DE FORA, 2º SEMESTRE DE 2011

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO IRREGULAR
COM A ATUAÇÃO DOS AGENTES MODELADORES
DO ESPAÇO E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS:
UM ESTUDO DE JUIZ DE FORA**

INGRID HELENA DE MOURA

Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia,
como condição à realização do Trabalho
monográfico.

Habilitação: Bacharelado

Orientadora: Prof^a. Dra. Clarice Cassab

JUIZ DE FORA, 2º SEMESTRE DE 2011

Ingrid Helena de Moura

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO IRREGULAR
COM A ATUAÇÃO DOS AGENTES MODELADORES
DO ESPAÇO E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS:
UM ESTUDO DE JUIZ DE FORA**

Monografia submetida ao corpo docente
do Curso de Geografia da UFJF, para a
como parte dos requisitos necessários à
obtenção de grau em bacharel em Geografia

Aprovado em:

Prof. Dr. Clarice Cassab – Orientadora
Curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Elen Pinheiro
Curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Sócrates Campos Bandeira
Curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora

JUIZ DE FORA, 2º SEMESTRE DE 2011

Agradecimentos

Em primeiro lugar o maior agradecimento é a Deus, que durante toda essa jornada me deu forças, principalmente nos momentos que pensei em desistir.

Aos meus pais, que são minha fonte de inspiração e que me ajudaram sempre nesta longa caminhada, e a minha irmã, que sempre representou e continuará a maior alegria e satisfação de reconhecimento.

Aos amigos de sala e de todo o curso que sempre vão estar comigo onde quer que eu esteja.

Em especial a minha orientadora Clarice Cassab.

Aos membros da banca.

A líder comunitária do bairro Vila Esperança II.

Ao Professor Dr. Cezar Henrique Barra Rocha, por disponibilizar o uso das ferramentas do NAGea.

E finalmente aos meus grandes amigos que sempre me motivaram e incentivaram para seguir em frente e amar o que faço.

RESUMO

O processo de urbanização brasileira desde seu início impõe-se como uma questão desafiadora para os estudiosos. Tendo sido o caminho adotado para a modernização do país, acelerou e acirrou as desigualdades já existentes, consolidando a distinção dentro do espaço urbano, esta situação não é uma característica exclusiva da realidade metropolitana. Este cenário que as cidades de porte médio vêm sofrendo um processo acelerado de crescimento de moradias irregulares

Neste sentido, esse trabalho tem como objetivo apresentar o processo de uso e ocupação irregular do solo no bairro Vila Esperança II, localizado na Zona Norte da cidade de Juiz de Fora, relatando como ocorreu o processo de ocupação e quais os tipos de impactos foram causados e se eventos relacionados a mudanças físicas do meio ocorreram, como deslizamento de terra, enchentes, entre outros.

Palavras-chave: agentes modeladores do espaço, distinção territorial, Estado, ocupação irregular e impactos ambientais.

ABSTRACT

The urbanization process in Brazil since its inception is proving to be a challenging issue for scholars. Having been the path taken to modernize the country, accelerated and intensified existing inequalities, consolidating the distinction in the urban environment, this situation is not unique to the metropolitan reality. This scenario that sees mid-sized cities experiencing an accelerated growth of irregular housing. In this sense, this work aims to present the process of using and occupying land illegally in Vila Hope II, located in the northern city of Juiz de Fora, reporting occurred as the process of occupation and what types of impacts were caused and events related to physical changes of the medium occurred, such as landslides, floods, among others.

Keywords: modeling agent space, territorial distinction, State, irregular occupation and environmental impacts.

Lista de Mapas

Mapa 1 - Localização do bairro Vila Esperança II

Mapa 2 - Visualização dos equipamentos do bairro Vila Esperança II

Mapa 3 - Visualização do uso e cobertura da terra no bairro Vila Esperança II

Mapa 4 - Visualização das APP's de 20 mts do bairro Vila Esperança II

Sumário

Introdução.....	6
Capítulo I – O contexto histórico do processo de urbanização brasileiro e a consolidação da distinção territorial.....	9
Capítulo II – O papel do Estado como agente modelador do espaço urbano no bairro Vila Esperança II.....	17
Capítulo III – Os problemas ambientais causados pelo processo de ocupação irregular do solo urbano.....	29
Considerações Finais.....	41
Referencias Bibliográficas.....	44
Anexos.....	46

Introdução

O processo de urbanização brasileira desde seu início impõe-se como uma questão desafiadora para os estudiosos. Tendo sido o caminho adotado para a modernização do país, acelerou e acirrou as desigualdades já existentes, consolidando a distinção dentro do espaço urbano.

A modernização brasileira foi assentada pelo trabalho livre e o fim da escravidão, onde as cidades sofreram um inchaço populacional e como consequência, houve um aumento das periferias urbanas.

Porém, esta situação não é uma característica exclusiva da realidade metropolitana. O duplo movimento de modernização e urbanização também teve impactos na produção e organização do espaço interno das cidades de porte médio produzindo formas distintas de ocupações do solo urbano fortemente marcadas pela distinção territorial. Este cenário que as cidades de porte médio vêm sofrendo um processo acelerado de crescimento de moradias irregulares

Neste sentido, esse trabalho tem como objetivo apresentar o processo de uso e ocupação irregular do solo no bairro Vila Esperança II, localizado na Zona Noroeste da cidade de Juiz de Fora, relatando como ocorreu o processo de ocupação e quais os tipos de impactos foram causados e se eventos relacionados a mudanças físicas do meio ocorreram, como deslizamento de terra, enchentes, entre outros.

Sua relevância está na necessidade de se pensar o acelerado processo de crescimento das cidades sob a luz das dinâmicas particulares da realidade das cidades médias, buscando identificar as particularidades das formas de distinção territorial. Além disso, a necessidade de se compreender os problemas gerados pelas ocupações irregulares com o intuito de

descortinar a dinâmica social própria das cidades capitalistas – caracterizada pela marginalização da população pobre em áreas com pouca infra-estrutura.

É dessa forma que daremos destaque, às ações dos diferentes agentes modeladores do espaço urbano na produção da cidade tendo como força motriz a questão habitacional. Isso porque, entendemos que a questão habitacional, principalmente no que toca a existência de moradias subnormais, mostra como a sociedade se desenvolve e os contrastes causados por ela, apontando assim as formas de vida da população das cidades.

Para tanto, optamos por estudar a produção de um bairro da cidade de Juiz de Fora, o Vila Esperança II, cuja origem vincula-se as luta por habitação de uma parcela da população identificada por CORRÊA (2000) como “grupos sociais excluídos”. É assim, que o trabalho procurará pensar a dinâmica de produção informal de moradias na cidade de Juiz de Fora bem como os conseqüentes ambientais geradas.

A metodologia utilizada consistiu na delimitação da área com a ajuda de equipamentos para georrferenciamento do Núcleo de Analise Geo Ambiental (NAGEA), da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Além disso, foi realizada revisão bibliográfica e consulta de material arquivado, que permitiu uma aproximação ao tema da pesquisa. Assim, buscou-se compreender os processos de distinção territorial, de atuação dos agentes modeladores do espaço urbano e dos impactos causados pela ocupação irregular.

Seguiu-se uma etapa de pesquisa de campo, com ela pretendeu-se resgatar parte da história do bairro a partir dos relatos feitos por moradores mais antigos e lideranças do bairro. Durante o campo foi possível registrar algumas das formas de moradia e alguns dos problemas ambientais do bairro.

A título de organização o trabalho encontra-se dividido em três capítulos. Inicialmente, no capítulo I será apresentado o contexto histórico de urbanização do Brasil. Nele tentaremos mostrar em que medida o processo de urbanização brasileira acabou por acirrando antigas desigualdades e quais foram suas expressões na cidade, focando na realidade de Juiz de Fora.

Já no capítulo II a história do processo de ocupação do bairro Vila Esperança II será abordada buscando identificar e discutir quem são e quais foram às principais formas de atuação dos agentes modeladores do espaço. Por fim, no capítulo III, buscaremos apontar e discutir quais os principais problemas ambientais causados pela ocupação irregular no bairro tentando apontar a intrínseca relação entre desigualdades socioespacial e problema ambiental.

Capítulo I

O contexto histórico do processo de urbanização brasileiro e a consolidação da distinção territorial

O processo de urbanização no Brasil desde seu início tem se colocado como uma questão desafiadora para os estudiosos da área. Tratado como um caminho para a modernização, esse processo acabou por acirrar as desigualdades sociais já existentes, delimitando as diferenças de quem tem e quem não tem acesso ao espaço urbano.

Segundo Maricato,

As características do Brasil urbano impõem tarefas desafiadoras, e os arquitetos e planejadores urbanos não tem conhecimento acumulado nem experiência para lidar com elas. A dimensão da tragédia urbana brasileira está a exigir o desenvolvimento de respostas que, acreditamos, devem partir do conhecimento da realidade empírica respaldado pelas informações científicas sobre o ambiente construído para evitar a formulação das “idéias fora do lugar” tão características do planejamento urbano no Brasil. (Maricato, 2002, p.15)

Deve ser considerado que o espaço urbano tem suas distinções com relação ao uso e ocupação do solo produzindo uma ocupação caracterizada pela desigualdade. Ou seja, nas cidades as melhores áreas são ocupadas pela população de maior renda enquanto aquelas localizadas em áreas desinteressantes ao capital são destinadas a uma massa de trabalhadores de baixo ou nenhum poder de compra. Tal processo não é o resultado direto da falta de gestão ou de legislações coibitivas. É o resultado de processos históricos cuja origem remete aos próprios processos de modernização e urbanização brasileiros.

O Brasil começou seu processo de urbanização na segunda metade do século XX, mesmo no século XIX já existiam cidades importantes, tratando-se de um movimento de

reconstrução das cidades e de assentamento para a crescente população urbana e do atendimento a suas necessidades básicas, como saneamento, transporte, saúde e etc.

Com o desenvolvimento do capitalismo, as relações de trabalho assalariado foram firmando-se, contribuindo para o desenvolvimento do mercado e do urbano. É assim que o início do processo de modernização e urbanização no Brasil assentou-se no trabalho livre, com o fim da escravidão, e na propriedade privada, com a Lei de Terras.

Sobre essa base as cidades sofreram um grande inchaço com característica concentradora da urbanização, pelo aumento rápido da população imigrante e a transição do trabalho escravo livre. Do ponto de vista da ocupação das cidades isso significou o surgimento e crescimento das periferias urbanas.

No final do século XIX e início do século XX, as reformas urbanas atendem as novas demandas impostas pelo capitalismo nascente. Neste momento as cidades passam por um grande processo de transformação caracterizado pela realização de grandes obras e com orientadas pela arquitetura e pelo paisagismo. Abertura de vias amplas, reformas, retirada de cortiços das áreas centrais, expulsão dos pobres, embelezamento da cidade, etc., são algumas das características desse momento.

É, contudo, apenas a partir da década de 1930, que de fato a urbanização torna-se o novo paradigma de modernização do país. É quando então ocorre a mudança no modelo de desenvolvimento agroexportador para o centrado no binômio indústria/urbanização. Nesse momento, o Estado passa a investir decididamente em infra-estrutura para o desenvolvimento industrial. Contudo, convivem num mesmo espaço novas estruturas econômicas e sociais e estruturas sociais arcaicas baseadas nas relações de desigualdade e dominação herdadas do colonialismo. (Maricato, 2002)

A partir da década de 1940, a infra-estrutura dos transportes e comunicação, promove a intensificação e expansão do mercado nacional, aprofundando a concentração urbano-

industrial na região centro-sul do país. É neste momento também que se ampliam as correntes migratórias campo-cidade. Fluxos de população saem do campo em direção a cidade – em particular as grandes cidades – adensando sua ocupação sob condições precárias de infraestrutura e equipamentos urbanos, transferindo a pobreza do campo para a cidade.

Para Corrêa (2000) é preciso pensar o espaço urbano capitalista como produto social de ações acumuladas por agentes que o produzem e o consomem. Isso porque a, partir do momento em que a terra urbana passa a ser mercadoria seu acesso torna-se restrito àqueles que tenham a capacidade de comprá-la. Mercadoria cara, o acesso ao solo urbano torna-se cada vez mais restrito gerando um claro processo de distinção espacial na cidade.

Segundo Villaça (2006), na formação das cidades brasileiras o que se observa é a existência das mais variadas formas de segregação¹: as produzidas pela etnia, nacionalidade e as de classe, dominantes nas cidades brasileiras. É assim que a distinção territorial representa as diferenças sociais. De um lado o espaço urbano possui os recursos necessários à reprodução social, e do outro a distribuição desses recursos reflete chances desiguais de acesso (Queiroz Ribeiro, 2003). O processo de distinção territorial apóia-se, portanto, na existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso à moradia e aos usos dos equipamentos da cidade. Por esse motivo é que se configura como a espacialização da divisão em classe da sociedade.

Para a população pobre, por não ser detentora de bens rentáveis capazes de proporcionarem moradia em áreas de alto valor residencial, resta elaborar estratégias que permitam o acesso a casa. Dentre elas, cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo Estado. Para Corrêa (2000) essas estratégias pressupõem uma

¹ Embora o autor use o termo segregação territorial optou-se, neste trabalho, por usar a expressão distinção territorial. Isso se justifica na medida em que, embora se reconheça o amplo debate existente em torno da possibilidade ou não da adoção do conceito de segregação para a realidade de cidades como as nossas, este não será objeto dessa monografia. Dessa forma, o termo distinção territorial sublinha a qualidade de desigualdade do uso do espaço urbano sem, no entanto, entrar no debate sobre a validade do uso do conceito de segregação.

vinculação a um agente sem, no entanto, ocasionar sua transformação da camada populacional excluída em agente modelador do espaço urbano.

A outra estratégia são as favelas em terrenos públicos e privados. Muitas vezes, situadas em áreas menos valorizadas pela especulação imobiliária, como várzeas, morros, e encostas. Aqui, pressupõe-se a possibilidade de superar o obstáculo imposto pela propriedade privada. As favelas são, em maioria, ocupações clandestinas em terrenos públicos, neste os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores.

Esse movimento produz outra feição no espaço da cidade: a formação das periferias e das favelas e cortiços em áreas centrais. Aparentemente de forma desordenada, esse tipo de uso da cidade é resultante de problemas sociais e econômicos. São áreas comumente caracterizadas pela falta ou pouca infra-estrutura básica, equipamentos e serviços urbanos.

Na década de 1950, o Brasil passa por uma nova etapa na industrialização, com a produção de bens duráveis, inserindo a população pobre na divisão internacional do trabalho, promovendo mudanças no modo de vida dos consumidores e na habitação (Maricato, 2002).

As mudanças ocorridas no padrão de industrialização promovem alterações significativas no modo de vida dos consumidores e também da habitação e das cidades. A massificação do consumo dos bens modernos da indústria fordista de bens de consumo duráveis gera uma mudança radical do modo de vida, dos valores, da cultura e do conjunto do ambiente construído.

A urbanização se acelera integrando os bens modernos a um cenário marcado também pela pré-modernidade no que se refere à moradia e ao padrão de urbanização dos bairros da periferia. Ocorre a intensificação do crescimento das cidades e de suas periferias num padrão de ocupação irregular e clandestino.

A partir de 1964, as cidades brasileiras passam a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. Adoção de política desenvolvimentista e o papel

fundamental do planejamento urbano para alcançar o progresso de forma ordenada são características desse momento. Para isso, foi fundamental a criação do Banco Nacional da Habitação por meio do Sistema Financeiro de Habitação. Organizados pelo regime militar o BNH e o SFH tiveram como objetivos a promoção imobiliária a partir da construção de apartamentos destinados à classe média e de conjuntos habitacionais destinados a população pobre da cidade. Suas ações promoveram mudanças significativas na organização do espaço interno das cidades e no mercado fundiário (Maricato, 2002).

Porém, o financiamento imobiliário não facilitou o acesso a terra como função social, já que ainda grande parte da população permaneceu fora do mercado formal de moradias.

As décadas de 1980 e 1990, chamadas décadas perdidas, caracterizam-se pela concentração da pobreza nas cidades. Neste período, as taxas de crescimento populacional superaram o crescimento econômico do país, gerando um grande impacto ambiental e social e reforçando as desigualdades sociais. A concentração da pobreza torna-se eminentemente urbana, com a intensificação das formas de ocupação informal das cidades.

Para Maricato (2002, p. 23) “a tragédia urbana brasileira não é produto das décadas perdidas, portanto. Tem suas raízes muito firmes em séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888)”.

O padrão de urbanização brasileira sofre mudanças a partir da década de 1980, as cidades de porte médio, se deparam com um crescimento maior do que as grandes metrópoles, o que, contudo, não significou uma mudança no padrão de concentração das metrópoles. Essa aceleração no crescimento das cidades de porte médio produz consequências socioambientais.

Como nas grandes metrópoles, as cidades de porte médio tem se caracterizado por uma configuração marcada pela distinção territorial. Assim, as mesmas dinâmicas se repetem nestas cidades: uma forte concentração espacial de infra-estrutura, bens e equipamentos

públicos. Além desse aspecto, também tem se observado o aumento da construção de condomínios fechados.

Esta forma urbana acaba por agregar valor ao solo urbano na região onde se localiza, estimulando a especulação imobiliária e pressionando o Estado para levar até esses condomínios a infra-estrutura e os serviços públicos necessários. Por este movimento há uma valorização de todo o seu entorno desenhando um perfil de mercado por solo urbano caracterizado pela seletividade na forma de ocupação.

A distinção territorial acaba estimulando a ocupação irregular do solo urbano, reforçando a produção das favelas ocasionando conseqüentemente, maiores impactos ambientais. Este cenário não é distante da cidade de Juiz de Fora, localizada na Região Sudeste do Brasil, no estado de Minas Gerais. Nela o processo de distinção territorial é bastante visível e reforçado com os interesses do mercado imobiliário e a especulação fundiária.

A cidade de Juiz de Fora está ligada a época da mineração do país, com a abertura do caminho novo em 1703. Com o declínio da mineração e a expansão cafeeira e da pecuária, o processo de ocupação da área foi se intensificando, por meio de povoados, vilas e depois a sede do município. Por volta de 1850, com a construção da Estrada União Indústria, a cidade recebeu imigrantes alemães, com o objetivo de povoamento, na tentativa de preencher as cidades vazias.

Em 1889, a introdução da eletricidade favoreceu o crescimento da industrialização na cidade. Sua industrialização entra em crise a partir da década de 1930, momento em que há uma queda das indústrias familiares, deixando frágil a concorrência com as indústrias da região.

A fragilidade industrial e a crise econômica cafeeira são fatores determinantes para a mudança do perfil da cidade, que a partir da década de 1950 tem a ampliação do setor

terciário. Na década de 1960 a cidade passa por um crescimento populacional e pelo processo de urbanização marcado pela concentração das atividades econômicas no segmento da prestação de serviços. A década de 1970 foi marcada pela instalação de projetos de siderurgia e metalúrgica, como as empresas Mendes Junior, atual Arcelor Mittal e a Paraibuna de Metais, inserindo a cidade na economia regional do estado, ampliando o mercado de trabalho e revigorando a economia local. Já na década de 1990, a cidade acompanha a reativação da economia nacional, e a busca do poder público em atrair investimentos, com a melhoria da qualidade de vida e da infra-estrutura local.

Na cidade um dos fatores mais acentuados que determinou como seria distribuída a estrutura espacial de sua malha urbana e a conseqüente acomodação da população, foi seu sítio urbano acidentado. Sua população concentrou-se no centro da cidade estimulada pelo fato dos transportes terem sido um indutor de penetração para essa expansão. A maior concentração, inicialmente, foi no entorno da linha férrea, caracterizando o centro do município. Com o passar do tempo, as periferias do município converteram-se em áreas nobres, promovendo um processo de expulsão da população pobre forçada a ocupar áreas que não ofereciam recursos.

Ao longo do seu processo de expansão a cidade foi sendo consolidada sem que houvesse preocupação quanto às formas de uso e ocupação do solo urbano. Atualmente, são muitos os impactos desse modelo de crescimento.

Foi com o intuito de promover um maior ordenamento da cidade que através da Lei nº. 9811 de 27 de junho de 2000 foi instituído o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora (PDDU) ², que regulamenta a gestão da cidade.

² Neste caso tem-se o reconhecimento das políticas anteriores ao Plano Diretor, porém o ponto de partida do estudo será o PDDU.

Pelo PDDU, a cidade para ter um melhor gerenciamento, foi dividida territorialmente em Regiões de Planejamento (RPs), que visavam presumir as evoluções do perímetro urbano. Segundo o PDDU, 2004:

Para atingir este objetivo, embora a conceituação geral dos vetores de crescimento permaneça a mesma, foi necessária uma análise bastante mais aprofundada da presente mancha urbana, que levasse em consideração não apenas as direções e sentidos que historicamente determinaram a ocupação do espaço juiz-forano, mas também os que estão agindo atualmente e os que podem ser considerados como atuantes no futuro. Com base nisto, foram identificados os principais vetores de crescimento da cidade, e que determinaram as 12 regiões de planejamento que devem constituir a principal base territorial para o planejamento da cidade.

O crescimento da malha urbana foi acompanhado por um aumento de ocupações irregulares o que por sua vez, intensificou os problemas ambientais na cidade. Neste sentido, vários problemas socioambientais e mudanças bruscas na paisagem estão acontecendo, implicando na queda da qualidade ambiental e de vida na cidade. Problemas como erosão, deslizamentos de terra, enchentes, são alguns resultados dos impactos causados pela mudança brusca e na transformação do meio natural.

No capítulo seguinte, buscaremos identificar e compreender alguns desses problemas tendo como área de estudo o bairro Vila Esperança II.

Capítulo II

O papel do Estado como agente modelador do espaço urbano no bairro Vila Esperança II

A crescente urbanização, acompanhada da não produção de moradias para todos tem se tornado o principal fator de (re) produção das favelas. É assim, que é possível pensá-las não somente como formas espaciais produzidas pela ilegalidade da ocupação do solo urbano, mas, principalmente, como resultantes do processo que produz uma enorme população que não pode participar do mercado residencial formal.

Segundo Maricato:

O direito a invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. A ausência do controle urbanístico (fiscalização das construções e do uso/ocupação do solo) ou flexibilização radical da regulação nas periferias convive com a relativa “flexibilidade”, dada pela pequena corrupção, na cidade legal. Legislação urbana detalhista e abundante, aplicação discriminatória da lei, gigantesca ilegalidade e predação ambiental constituem um círculo que se fecha e si mesmo. Mas de todas as mazelas decorrentes desse processo de urbanização, no qual uma parte da população está excluída do mercado residencial privado legal e da produção formal da cidade, uma das mais graves talvez possa ser identificada na área de saneamento. (p. 39).

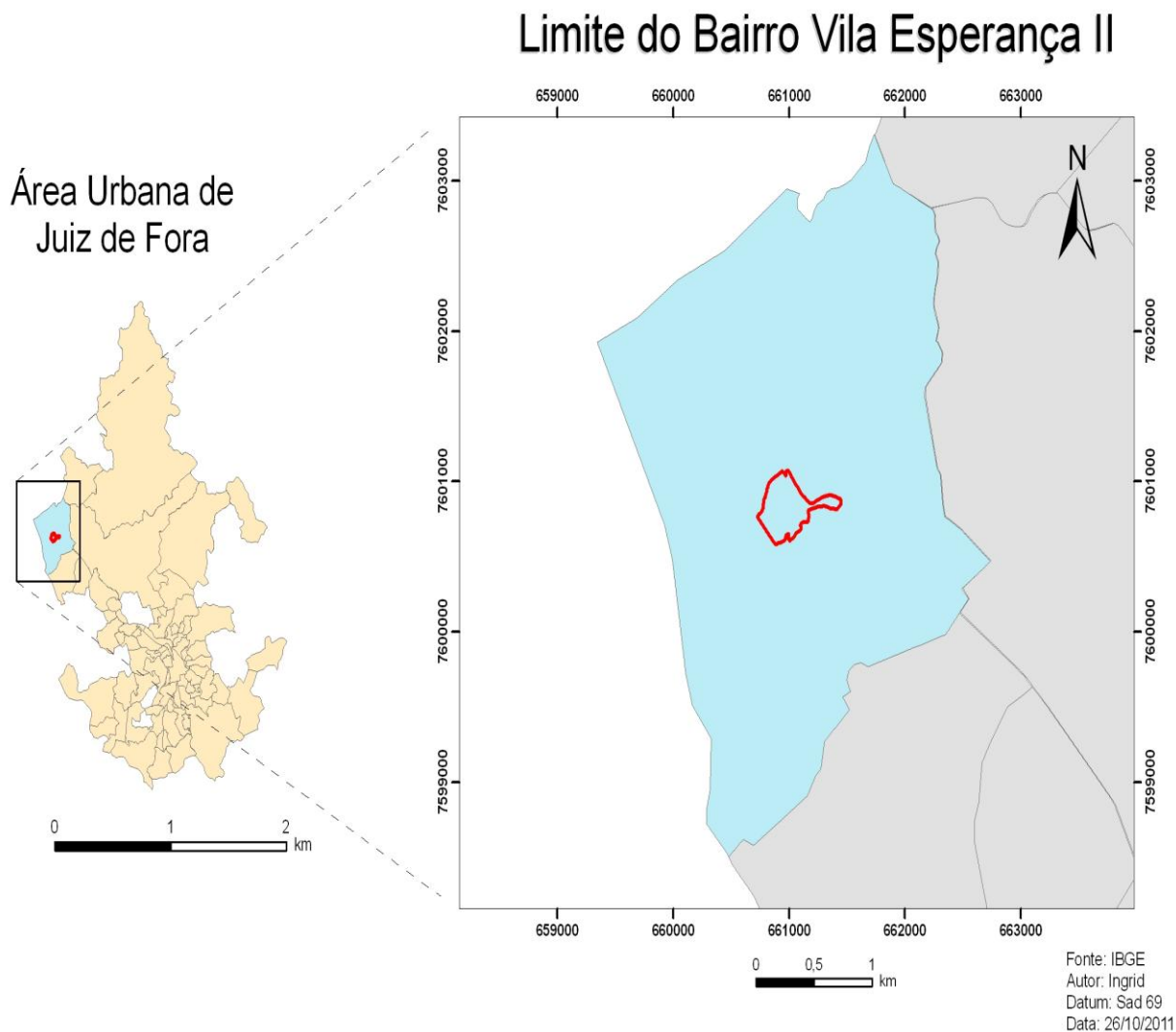
O controle urbanístico feito pelo Estado, no caso a Prefeitura, se preocupa apenas com a cidade formal, pois as áreas precárias por não serem de interesse do mercado imobiliário não possuem a atenção necessária para sua regularização e estruturação.

Segundo Corrêa (2000), os grupos sociais excluídos ocupam áreas inicialmente desinteressantes ao capital imobiliário. Antigos bairros abandonados pela elite, áreas de várzea, encostas íngremes de morro, e áreas distantes são alguns dos exemplos. Em muitos casos, a construção ocorre a partir do sistema de autoconstrução, fenômeno que origina favelas e loteamentos clandestinos na cidade.

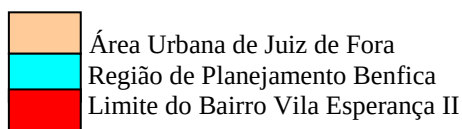
É a partir dessa autoconstrução, reforçada pelos proprietários fundiários, pelo mercado imobiliário e pelo Estado que os grupos excluídos transformam-se agentes modeladores do espaço urbano. Isso porque, conforme aponta Corrêa (2000), a autoconstrução é uma forma de resistência e de sobrevivência dessa grande maioria, que se apropriam de terras inadequadas. Sem, contudo, deixar de ter consequências na vida dessas pessoas – como, por exemplo, a precariedade da habitação produzida e as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal – e na própria cidade.

Foi a partir dessa lógica que o bairro Vila Esperança II foi sendo produzido e (re) modelado. Localizado na Região de Planejamento Benfica, na Zona Noroeste da cidade de Juiz de Fora, como demonstra o mapa abaixo, seu processo de ocupação foi iniciado na década de 1980, com a invasão de uma área particular desocupada.

Mapa 01 - Localização do bairro Vila Esperança II



Legenda:



Na sua maioria, a ocupação foi realizada por pessoas que não tinham onde residir, provenientes de diversos bairros do entorno da área e por moradores de rua.

De acordo com o PDDU sobre a Região de Planejamento Benfica:

O contingente populacional caracteriza-se como de renda baixa (média de 2,3 salários mínimos e proporção de chefes de família com rendimento até 2 salários mínimos de 53,7%) (...) Concentram-se, nesta RP, os maiores loteamentos populares implantados tanto pelo Poder Público e pela

iniciativa privada quanto fixados espontaneamente. Quanto a estes últimos, implicam a existência de inúmeras áreas de ocupação irregular e encontram-se em diferentes estágios de regularização fundiária. Comparativamente à realidade das demais RPs, destacam-se os elevados números relativos à moradia popular, o que coloca a RP Benfica como a primeira, em valores absolutos, em assentamento de população de camadas sociais baixa e média-baixa no panorama da cidade.
(PDDU, 2004)

Em 1990, aconteceu a invasão de cinquenta e duas famílias no bairro, que de acordo com o jornal da época, O Tribuna de Minas (ver Anexo A), ocuparam a área por ela estar abandonada, sendo usada como lixão. As pessoas que estavam na invasão eram desabrigados das chuvas ocorridas no ano anterior.

Com o crescimento da invasão, o proprietário propôs para a Prefeitura a construção de uma ponte, que ligasse os bairros do entorno da área e em troca, liberaria as terras para a população.

Tendo firmado o acordo, a Prefeitura tomou posse da terra e iniciou a construção das casas de loteamento popular. As obras foram executadas pela EMCASA³, órgão responsável projetos habitacionais na cidade.

As casas construídas foram repassadas para os moradores que já lá residiam a um custo baixo através de financiamento de longo prazo. Dessa forma foi feita a regularização dos terrenos com os contratos de compra e venda dos imóveis.

A partir de então, com o crescimento do bairro, no ano de 1994, teve início as obras para seu processo de urbanização, financiados pelo Banco Mundial e Governo Federal, empreendida no governo do prefeito Tarcisio Delgado. As primeiras obras realizadas no bairro foram de saneamento básico, água e esgoto, em seguida energia elétrica e por fim o asfaltamento das ruas (ver Anexo B). Foi neste momento que o Estado passou a atuar no sentido de "incorporar" o bairro a cidade formal.

Em 1998, a Prefeitura juntamente com a companhia responsável pelo terreno ocupado assina a escritura definitiva, passando para a EMCASA a função de regularizar a situação da população local (ver Anexo C).

Segundo Vargas (2006),

A ação regular da EMCASA marca-se pela intervenção pontual, restrita aos casos de urgência, ou excepcionalmente, quando recebe verba federal específica, alcançando objetivos mais amplos e compensando o atraso na solução de casos pendentes. Esta situação não difere da maioria das cidades brasileiras, onde a questão habitacional, depois da falência do Sistema Financeiro da Habitação, foi relegada a segundo plano. E, apesar de despontar nos diagnósticos do Plano Estratégico (2000) e noutras análises produzidas como município detentor de índices altos de qualidade de vida, Juiz de Fora denunciará inúmeras lacunas no que diz respeito a políticas sociais de grande relevância na redução dos índices de vulnerabilidade aos quais sua população, principalmente a periférica, está sujeita. (p. 47)

Contudo, apesar de ter passado por uma regularização, o bairro ainda conta com moradias irregulares, resultado de ocupações realizadas posteriormente. Além do que, muitos dos moradores ainda hoje não pagaram pelas casas vendidas quando da à regularização do bairro.

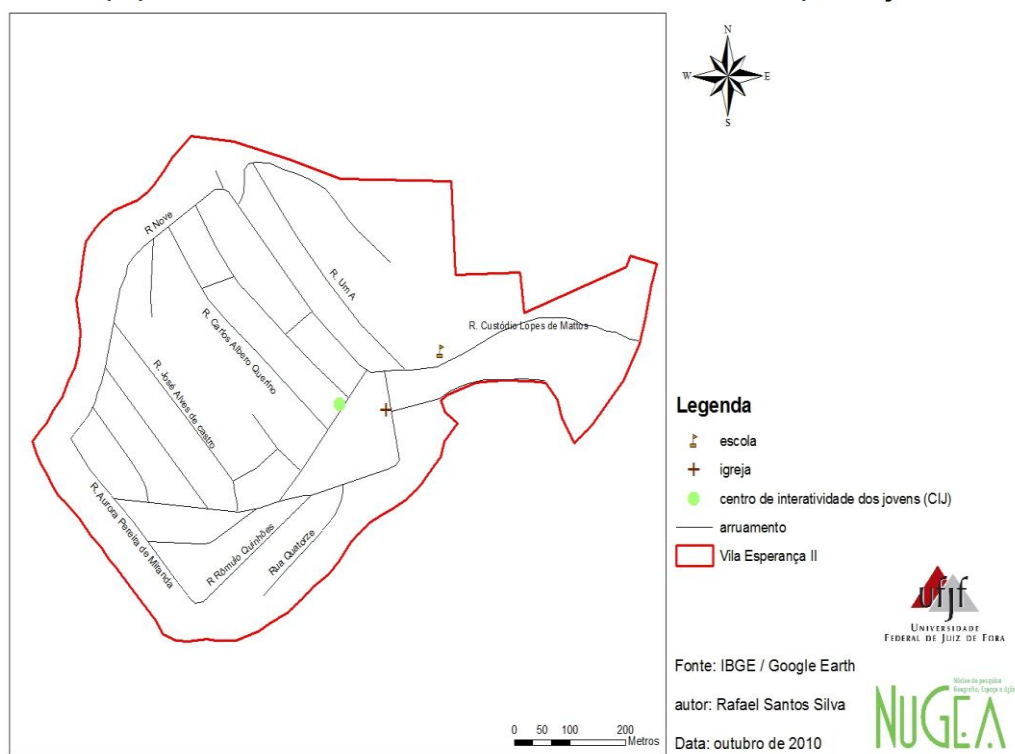
A população que recebeu as casas da Prefeitura investe aos poucos na melhoria, para um maior conforto e bem-estar. De acordo com pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Sociais da UFJF, em 2006, o bairro possuía um total de 434 domicílios, em sua maioria sem revestimento ou caiação. Segundo entrevista realizada com uma das líderes comunitárias apenas uma casa ainda preserva as características iniciais.

O mapa abaixo indica os principais equipamentos existentes no bairro.

³ Criada em 1987, a Empresa Municipal de Economia Mista, EMCASA é responsável pela definição de ações vinculadas à habitação popular efetivando um modelo de atuação em parceria com entidades civis e órgãos públicos, desenvolvendo uma política habitacional baseada na realização de projetos de lotes e desmembramentos, assim como na regularização e implantação de loteamentos.

Mapa 02 - Visualização dos equipamentos do bairro Vila Esperança II

Equipamentos Públicos e Privados do bairro Vila Esperança II



Nota-se, pelo mapa a pouca presença de equipamentos no bairro. De equipamentos públicos o bairro conta apenas com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Áurea Nardelli (ver Anexo D), e os arruamentos. Quanto aos equipamentos de saúde, o bairro é atendido pela Unidade Básica de Saúde (UBS) da Vila Esperança I, com disponibilização de dez fichas diárias para a Vila Esperança II. Atualmente, e contando com o financiamento do governo federal, está sendo construído Curumim⁴, e um projeto em vista para a construção de uma creche comunitária.

Alem desses equipamentos o bairro conta com o Centro de Interatividade dos Jovens, onde acontecem aulas de capoeira e percussão. Embora, com poucos equipamentos, o centro atende aos moradores jovens do bairro. Para tanto, conta com o apoio da Escola Municipal do

⁴ Projeto em contra turno escolar que oferece oficinas artísticas e pedagógicas, com foco na formação integral de crianças e adolescentes.

bairro, da Pastoral do Menor e do Centro Cultural de Benfica que faz parte da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

O bairro desde seu início passou por um conturbado processo de ocupação irregular, causado não pela falta de políticas públicas, legislação ou gestão, mas como resultante das contradições na cidade da relação capital-trabalho. Ou seja, o bairro foi, em grande medida, resultado das estratégias de sobrevivência e reprodução no espaço da cidade, de parcela da classe trabalhadora que se vê fora do mercado formal de habitação.

Assim, embora tenha passado por um processo de regularização e urbanização, ainda hoje o bairro sofre com grandes problemas sociais e econômicos.

É comum seus moradores serem estigmatizados em função do seu local de moradia, cuja imagem está comumente associada à violência e ao tráfico de drogas. Essa discriminação prejudica, principalmente, no momento em que os moradores vão à busca de emprego em outros bairros da cidade.

Embora predomine o uso habitacional, também é possível notar a existência de algum pouco comércio que atende parte das necessidades da população, como padaria, mercadinhos, alguns serviços como oficinas mecânicas, mas por serem de pequeno porte não suprem a demanda de emprego.

Temos no caso da Vila Esperança II, a atuação daqueles que Corrêa (2000) chamou de agentes modeladores do espaço, são eles: os grupos excluídos, que são a parcela da população que não tem acesso a habitação, o grande proprietário fundiário, que tem por objetivo a maior renda fundiária de suas propriedades, seja ela para uso comercial ou residencial, interessados na conversão da terra como valor de troca, e o Estado, que atua na organização da cidade através da implantação de serviços públicos, como provedor, desempenha um papel espacialmente desigual.

Seja de maneira isolada, ou por estratégias articuladas, a atuação desses agentes produziu e consolidou o bairro como um pedaço da cidade com características próprias.

Segundo Corrêa (2000), o Estado modela e atua sobre o espaço urbano na medida em que, regula o uso e a ocupação do solo, destinando as áreas que serão de interesse dos grandes empreendedores imobiliários. O Estado, por meio da implantação de serviços públicos, atende aos interesses das empresas e da população de maneira geral, de modo coerente e esperado.

Devemos entender que a atuação do Estado está dividida em três instâncias: federal, estadual e municipal e que de acordo com cada uma, os interesses são variáveis, visando à realização e a reprodução da sociedade capitalista. No caso da Vila Esperança II isto é claro, quando a Prefeitura aceita o acordo firmado com o proprietário da terra, que sabendo da sua desvalorização e no que resultaria a invasão, lucra com a venda da terra urbana.

Pode-se dizer da relação entre mercado imobiliário e o Estado, a partir do momento em que os investimentos públicos urbanos são direcionados de acordo com o interesse da especulação imobiliária, concentrando na cidade legal a maior parte dos investimentos públicos, reforçando a distinção territorial pela valorização da terra urbana.

Comumente, as favelas são originadas em áreas que para o mercado imobiliário não tem alto valor residencial, como encostas, várzeas, entre outras. Com isso a urbanização ocorre inicialmente pela ação dos moradores que aos poucos vão melhorando suas casas e implantando atividades econômicas, como o comércio. Uma vez tornada realidade, a tendência é que o Estado, muitas vezes até pela pressão dos moradores, implemente as obras de instalação de infra-estrutura urbana.

Na cidade, o solo urbano é uma mercadoria especial e cara. O fato de ser fixo e indispensável à realização de qualquer outra atividade torna este uma mercadoria rara e extremamente cara, dificultando seu acesso. É assim que, fundado na propriedade, que o processo de distinção territorial produz e reproduz no espaço das cidades as formas e

mecanismos de desigualdade. De maneira geral, a população de maior renda, que controla o mercado de terras e direciona o mercado imobiliário para a seletividade dentro do espaço urbano, contando, para isso com a atuação direta ou indireta do Estado (Corrêa, 2000).

Para tanto, produz um espaço altamente concentrador de investimentos, bens e serviços públicos e privados. É por esta razão que em certas regiões da cidade é possível notar um padrão estético e ambiental não encontrado em outros bairros da cidade.

Para Villaça (2006):

(...) o espaço urbano é tecido de tal forma que todo o cotidiano daquelas camadas se desenrola predominantemente nessa região. Cada vez mais, o próprio Estado para ela se transfere, e ideologicamente, essa região começa a se identificar com a “cidade” e o restante passa a ser encarado como subúrbio ou periferia e considerado longe, por mais central que seja sua localização. (p.326).

É dessa maneira que a forma pela qual o espaço urbano é produzido e organizado participa na produção e reprodução das desigualdades, criando a uma cidade “real” e “formal” as custas da produção de uma enorme cidade “informal”.

Em Juiz de Fora isso se mostra nos bairros mais centrais da cidade onde se concentram as melhores moradias, bens públicos e equipamentos, e melhor qualidade de vida. Enquanto a cidade informal cresce em direção a periferia em bairros como a Vila Esperança II, que além da pouca disponibilidade de equipamentos e serviços públicos, encontra-se geograficamente afastado do centro econômico da cidade. Distância ampliada pelo fato do sistema de transporte público não oferecer qualidade para que possam ter acessibilidade e fácil deslocamento ao centro.

Fato que vai de encontro ao que orienta o PDDU. De acordo com este Plano, a questão do transporte público deve ser adequada segundo a demanda local, procurando-se fazer os ajustes necessários para a melhoria e a qualidade do transporte público.

O bairro Vila Esperança II, de acordo com o PDDU da cidade, em termos de infraestrutura e da questão urbanística, está inserido nas Áreas de Especial Interesse Social, que são classificados como área de ocupação clandestina, irregular, de favelas, que define como:

Foram consideradas Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) todas as áreas identificadas como de ocupação subnormal. Essas áreas caracterizam-se pela existência de assentamentos desprovidos dos padrões mínimos de infraestrutura (água, luz e esgoto), acessibilidade e habitabilidade, o que as coloca numa situação de segregação social.

Apesar de incluírem-se no grupo denominado de “ocupações subnormais”, essas comunidades possuem características heterogêneas e específicas, pois cada uma apresenta uma realidade única e complexa. Daí a necessidade de serem desenvolvidos projetos específicos para cada AEIS. (PDDU, 2004)

Pode-se notar que os grupos classificados estão de acordo com a forma em que se relacionam com o poder público. A Vila Esperança II é classificada como o primeiro grupo, que ocorreu através de ocupação espontânea ou invasão, desprovidas ou em estado precário de infraestrutura, em áreas de grandes riscos, como deslizamentos.

O PDDU trata a questão da habitação como:

- revisar a legislação urbanística e edilícia, alterando os padrões de parcelamento e edificação nas áreas indicadas para isto, de forma a ampliar o universo da população com acesso ao mercado formal de habitação;
- inserir as favelas e os loteamentos irregulares no planejamento da cidade, visando fazer com que constituam bairros ou que se integrem efetivamente com aqueles onde estejam situados;
- estabelecer programas de assentamento para a população de baixa renda, promovendo sua regularização fundiária.

II – Criar nas Áreas de Especial Interesse Social, através dos Planos Locais de Urbanificação, mecanismos para aplicação dos Instrumentos de Intervenção Urbana pertinentes.

III – Para fins de assentamento das populações de baixa renda deverão ser priorizadas a oferta de lotes urbanizados e depois a construção de moradias de baixo custo para realocização de pessoas removidas de áreas de risco, áreas non aedificandi e outras de interesse público. (PDDU, 2004)

As intervenções urbanas nas áreas ocupadas de maneira irregular, não significam uma real inserção do bairro na realidade urbana da cidade formal, pois não se trata apenas de reparos urbanos, mas de dar condições para que a população possa ter acesso ao uso da cidade, minimizando as distinções, seja a distinção territorial ou socioeconômica.

De acordo com o relatório elaborado pelo Centro de Pesquisas Sociais da UFJF, em 2006, analisando a legislação urbanística sob a ótica do Direito Urbanístico do município de Juiz de Fora para a proposta do Plano Municipal de Habitação, do Programa Habitar Brasil do governo federal:

1. Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, que obrigatoriamente deve ser antecedido por Estudos de Impacto Urbanístico identificando-se as possibilidades de adensamento populacional; uso e ocupação do solo; geração de tráfego e demanda por transporte público; preservação do patrimônio natural e cultural; identificação dos equipamentos urbanos e comunitários existentes e necessários, tais como rede de água e esgoto, energia, atendimento educacional e de saúde, segurança pública, etc.
2. Estimular parcerias entre os setores público e privado, principalmente a produção, pelo mercado imobiliário, de habitação de interesse social, até com incentivos fiscais.
3. Destinar recursos provenientes da outorga onerosa do direito de construir para investimentos nos diversos programas habitacionais de interesse social e urbanização e regularização de assentamentos precários.
4. Prever legalmente e viabilizar, na prática, regularização de pendências contratuais e registros imobiliários das áreas de interesse social, com acompanhamento dos processos de regularização de registro, assistência

jurídica necessária à obtenção do título de propriedade, etc. (Programa Habitar Brasil, 2007)

Pode-se notar que o município de Juiz de Fora necessita de um planejamento urbano mais claro, a fim de ordenar suas ações quando se trata da questão habitacional, através de um diagnóstico do problema e a busca por soluções executáveis com objetivos e metas estabelecidos, evitando o desperdício de recursos.

Com todo esse processo de ocupação de uma área não urbanizada inicialmente, vários problemas de ordem ambiental foram gerados. A ocupação das encostas, várzeas e topos de morros no bairro, favoreceram acontecimentos como deslizamentos e enchentes, muito comuns na época das chuvas.

No capítulo seguinte, alguns problemas de ordem ambiental referente à ocupação irregular do solo no bairro Vila Esperança II serão abordados, com o objetivo de elucidar como os processos ambientais não estão restritos apenas ao meio natural, estando também relacionados às dinâmicas e aos processos sociais.

Capítulo III

Os problemas ambientais causados pelo processo de ocupação irregular do solo urbano no bairro Vila Esperança II

A cidade de Juiz de Fora está localizada na Unidade Serrana da Zona da Mata, que pertence a Serra da Mantiqueira, caracterizada por ser montanhosa e ter no fundo de vale o Rio Paraibuna. Sua área urbana está inserida em todo o médio curso do rio.

A presença de vales profundos associados a encostas com elevadas declividades e um relevo constituído predominantemente por morros e morrotes, sujeitos a chuvas com índices anuais elevados, constituem os principais fatores que imprimem à região uma dinâmica superficial bastante intensa. O desequilíbrio das vertentes pode ser visualizado pelos elevados índices de movimentos de massa principalmente em solos, além de processos erosivos tanto laminares como de escoamento concentrado. Os desmatamentos e movimentos de terra são responsáveis pela reativação dos processos morfodinâmicos naturais.

Os movimentos de massa encontrados na região são de vários tipos, desde escorregamentos em solos residuais, corridas de terra, queda de blocos rochosos e escorregamentos a partir da superfície de contato solo/rocha. Além desses escorregamentos e deslizamentos, agravados nos períodos de chuvas intensas, a forte erosão contribui para acelerar a instabilidade do relevo.

Apesar de o órgão municipal tentar estudar as vertentes do crescimento urbano, não consegue focar nos problemas ambientais que ocorrem na cidade, principalmente nos movimentos de massa. Esses eventos, durante o período de chuvas, têm ocorrido de maneira intensa, colocando em risco os moradores de diversos bairros da cidade.

De acordo com ROCHA (2005),

Um dos problemas ambientais mais freqüentes aparece principalmente nas encostas: os escorregamentos e os movimentos de massa. Várias práticas de uso e ocupação do solo têm agravado este problema, como as queimadas, remoção de vegetação, cortes irregulares e lançamento de resíduos. Vários órgãos da prefeitura estão trabalhando no sentido de evitar que estes acontecimentos indesejáveis tornem-se mais freqüentes, mas o que se nota na mídia é que estes eventos continuam a ocorrer em Juiz de Fora, prejudicando a qualidade de vida da população.

Nesse contexto, o bairro Vila Esperança II, tem sofrido com problemas ambientais devido ao processo de ocupação irregular.

Segundo Vargas (2006),

O problema de habitações situadas em áreas de risco é um dos muitos aspectos a serem considerados pelos municípios no âmbito da formulação de uma Política Habitacional – sugerindo um tratamento específico para as áreas de risco com ações voltadas para o reassentamento dos moradores, assim como para a prevenção à moradia nessas áreas. Enfim, apresenta-se como um grande desafio para as políticas públicas urbanas — que tendem a intervir de maneira compartimentalizada sobre a realidade social diversa — lidar com a característica de cumulatividade dos riscos que são de origem sócio-econômica e também ambiental. (p. 48)

O bairro está localizado em uma região de relevo acentuado com uma fragilidade muito elevada de movimentação de massa. As casas foram construídas sem uma orientação para que problemas de ordem ambiental pudessem ser evitados. Toda a cobertura vegetal da área foi removida, deixando o solo desprotegido e suscetível a eventos, como deslizamento de terra.

Os impactos ambientais são qualquer alteração no meio ambiente provocados por intervenção humana, com mudanças no parâmetro ambiental em uma determinada área e período, sendo considerado como um dano ao meio ambiente. De acordo com a Resolução Conama nº 1/86, art 1º, em Sánchez (2008),

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afetem:

I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II – as atividades sociais e econômicas;

III – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

IV – a qualidade dos recursos ambientais. (p. 30)

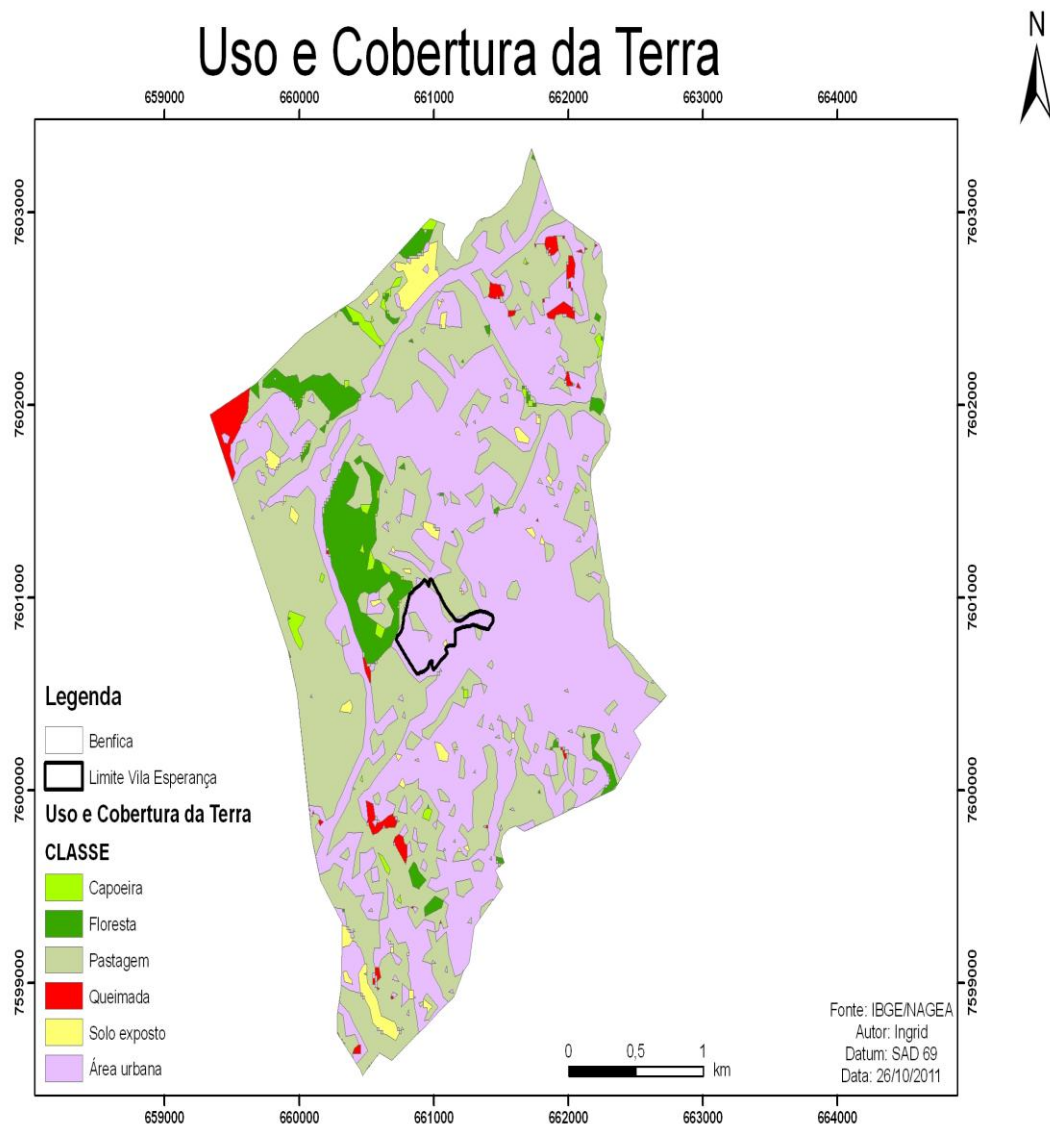
Por impacto ambiental entende-se toda e qualquer resultado de ação humana, seja ela benéfica ou adversa, que deve ser entendido como consequência dessa ação e não sua causa. Em seu sentido comum, geralmente é entendida como um dano.

Diferentemente de impacto ambiental, o risco ambiental deve ser entendido como um evento ambiental – esperado ou não – possa ocorrer, tem sempre o caráter de um alerta que mobiliza argumentativamente a imaginação de movimentos lineares que levam impreterivelmente à catástrofe, ou pelo menos, a um dano irreparável.

O mapa abaixo indica as formas de uso e cobertura do solo no bairro. É possível notar o tipo de uso urbano. Esse uso se caracteriza por ocupação do solo. Além dele, percebe-se a forte presença de área de pastagem caracterizada por não ser ocupada pela população.

Há também, próximo do bairro, já em Benfica, a presença de uma área de floresta preservada, considerada como Área de Preservação Permanente, segundo a Lei 4.771 de 1965, que determina que áreas de várzeas e topos de morro devem ser protegidas.

Mapa 03 - Visualização do uso e cobertura da terra no bairro Vila Esperança II



Esse tipo de ocupação, predominantemente urbana, favorece a ocorrência de eventos ligados a movimento de massa. Assim é comum que em épocas de chuvas intensas ocorram alagamentos e escorregamentos. Isso porque a água não infiltra devido à impermeabilização do solo o que ocasiona o escoamento superficial das águas, gerando não somente o movimento de parte do solo exposto, mas enchentes no bairro. Fato agravado em função do bairro não possuir uma via de escoamento, já que o único córrego que atravessa o bairro em seu fundo de vale foi canalizado, como mostra o mapa de Áreas de Preservação Permanente de 20 metros.

Mapa 04 - Visualização das APP's de 20 mts do bairro Vila Esperança II



De acordo com relatos da líder comunitária, coletados durante pesquisa de campo, todos os anos o bairro sofre com enchentes e deslizamentos de terra e algumas casas já foram decretas pela Defesa Civil⁵ como condenadas a desmoronamentos, devido à localização e a

⁵ Órgão da Prefeitura responsável na atuação diversificada em ações específicas de prevenção, socorro e assistência em locais atingidos por desastres.

precariedade da área entorno. Também foi amplamente divulgado pelos jornais locais o ocorrido em 1993, quando uma forte chuva derrubou quinze casas no bairro (ver Anexo E).

Para Vargas (2006), com relação ao trabalho da Defesa Civil pode-se dizer que,

Ao buscar a intervenção da Defesa Civil, a população mais pauperizada tem, nessa política, uma “porta de entrada” institucional para suas diversas demandas, que apontam para a busca de saídas individuais e coletivas para as necessidades de um segmento de classe na sua luta pela sobrevivência. Uma das formas essenciais de espoliação a que é submetida a sua população usuária é aquela que se refere ao direito de usufruir do território urbano, podendo-se afirmar então que as inúmeras situações de ‘risco’ identificadas na realidade com a qual se defronta a Defesa Civil traduzem, não somente ou muito pouco, a intervenção de fenômenos naturais. (p. 51/52)

Esses dois relatos corroboram o fato de que com frequência problemas de ordem ambiental tem sido uma constante no bairro na época das chuvas.

De acordo com dados da Subsecretaria da Defesa Civil, a tabela abaixo demonstra as ocorrências no bairro dos anos de 2000 até 2010 em cada mês do ano.

Ao analisar a tabela pode ser observado que as maiores ocorrências registradas pela Defesa Civil é na época das chuvas, que vai de novembro até março e nos anos de 2002, 2007 e 2008 foram os anos com o maior numero de ocorrências.

Tabela 1 – Números de ocorrências registradas pela Defesa Civil

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2000	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0	1	5
2001	-	1	3	1	0	0	0	2	3	2	4	0
2002	4	0	1	2	1	3	0	0	3	1	7	8
2003	8	2	2	0	1	0	2	1	0	0	4	1
2004	1	4	4	1	0	0	0	1	0	0	4	5
2005	3	4	1	1	1	0	1	2	0	0	1	4
2006	1	1	2	0	1	0	1	1	1	0	5	0
2007	12	4	4	2	3	0	3	2	3	1	5	0
2008	5	1	1	1	2	2	1	1	1	1	2	7
2009	1	3	1	1	0	1	2	1	4	2	5	4
2010	2	2	1	1	0	0	1	1	1	1	3	1

Fonte: Dados retirados da página da Subsecretária da Defesa Civil de Juiz de Fora.

De acordo com o PDDU sobre as condições ambientais da RP Benfica, onde se localiza o bairro de Vila Esperança II,

Sob o aspecto do meio físico, esta carência de áreas verdes, aliada à implantação inadequada dos parcelamentos e à ocupação indevida dos terrenos, ocasiona deslizamentos com sérios transtornos à população.

O lançamento de esgoto diretamente nos cursos d'água, o lixo que sem a destinação correta fica exposto nos terrenos baldios ou depositado nos leitos dos córregos e ainda as crescentes erosões, são fatores que comprometem a qualidade ambiental. (PDDU, 2004)

Para o bairro Vila Esperança II, seria necessário o início de um processo de estudos sobre os impactos ambientais urbanos, com o objetivo de diagnosticar os problemas e buscar soluções, sejam elas reparadoras ou mitigadoras, para que a qualidade da vida ambiental possa ser reestabelecida, pois a questão ambiental está diretamente relacionada na dinâmica social e econômica do bairro.

Ao tratar da intervenção de técnicos ao avaliarem uma área de risco, Vargas (2006) aponta,

Na avaliação de uma situação de risco, os técnicos estabelecem uma associação direta entre o risco e a condição de vulnerabilidade socioeconômica dos moradores em edificações e/ou áreas de risco, portanto habitando moradias precárias. A **necessidade** é a primeira coisa que o técnico identifica. Isto pode ser percebido nos relatórios e nas entrevistas com os técnicos. A descrição das situações nos Boletins de Ocorrência passa normalmente pela caracterização da precariedade das moradias, pela identificação de problemas na área de risco tais como a presença de lixo, a ausência de escoamento das águas, as declividades das encostas com possibilidade de deslizamento; a vulnerabilidade socioeconômica da população também aparece em descrições dos moradores como pessoas

“carentes [...] ou sem condições econômicas [...]”, ou ainda relacionando a precariedade das moradias com a vulnerabilidade. (p. 55)

Com a crescente urbanização e de seus problemas, tornou-se necessário a iniciativa de pensar em estudos ambientais causados pelos impactos urbanos, como no caso das ocupações irregulares. Segundo Coelho (2006),

A urbanização e a emergência dos problemas ambientais urbanos obrigam os estudiosos dos impactos ambientais a considerar os pesos variados da localização, distância, topografia, características geológicas, morfológicas, distribuição da terra, crescimento populacional, estruturação social do espaço urbano e processo de seletividade suburbana ou segregação espacial.

Quando se propõe um estudo ambiental em uma determinada área, todos os fatores devem ser considerados. Um estudo de impacto ambiental, principalmente em áreas urbanas, não pode ser dissociado das relações socioeconômicas. Para Coelho (2006),

Outros impactos ambientais relacionam-se a: (a) políticas públicas cristalizadoras de desigualdades sociais; (b) realidade social em diversas dimensões; e (c) forças sociais (locais e globais) que influenciam a (re) estruturação socioespacial, interna à cidade e externa, abrangendo um espaço regional mais amplo.

Desde o início do processo de urbanização brasileira, as camadas pobres não tiveram como lançar mão de recursos de engenharia e edificações, para adequarem suas moradias a regiões íngremes e de várzeas.

Segundo Maricato (2002),

As novas favelas e loteamentos ilegais surgem nas terras vazias e desprezadas pelo mercado imobiliário privado. Não é por outro motivo que as favelas se multiplicam em áreas públicas, áreas ambientalmente frágeis

sobre as quais incidem leis protecionistas como é o caso das áreas *non aedificandi* nas beiras dos córregos (Lei federal 6.766/79). Nas terras vazias situadas em regiões valorizadas pelo mercado imobiliário, até mesmo quando são públicas a invasão não é admitida. Aí o poder de polícia municipal é exercido e as normas se aplicam. (p. 83)

O cenário dos problemas ambientais urbanos é muito amplo quando se trata do ponto de vista das ocupações irregulares. Toda uma conjuntura vinda desde a consolidação da estrutura urbana no Brasil reforçou o que já estava acontecendo com o processo de distinção territorial.

A cidade de Juiz de Fora a mais de dez anos vem sofrendo com problemas ambientais, principalmente nos períodos chuvosos. Os órgãos competentes realizaram estudos técnicos a fim de apontar os lugares de risco e vem com o passar do tempo removendo famílias que moram nessas áreas.

Sobre esta ótica, foi criado o Primeiro Plano Municipal de Redução de Riscos a Escorregamento de Solo e Rocha em Assentamentos Precários no município de Juiz de Fora. Convênio firmado entre a Prefeitura de Juiz de Fora e o Ministério das Cidades que contou com a efetiva participação de profissionais e acadêmicos de diversas Instituições de Ensino, lideranças comunitárias e das comunidades das áreas objeto de interesse, com o objetivo de identificar áreas de risco, quantificar o grau de risco e se possível soluções que possam minimizar ou erradicar os riscos.

Para definir as áreas e o grau de risco foram necessários diagnósticos preliminares que de levantamentos dos projetos da Defesa Civil ate a base cartográfica da monitoria das áreas de risco, com o cruzamento de dados por meio do Sistema de Análise GeoAmbiental (SAGA), para a avaliação dos dados e a geração de mapas preliminares.

Com a base cartográfica preliminar e os dados do Sistema de Informações de Defesa Civil (SISDEC), as equipes vão a campo e juntamente com a comunidade apresentam o diagnóstico elaborado, pois eles vivenciam as dificuldades apontadas no estudo.

A classificação dos níveis de risco foram feitas a partir da base de dados, a Doutrina Nacional de Defesa Civil e a metodologia nacional, com quatro categorias: nível I – baixo; nível II – médio; nível III – alto e nível IV – muito alto. Para classificar as áreas de risco, o Serviço Social da Defesa Civil, por meio das características principais das áreas devido ao levantamento apurado, possibilitando o direcionamento das ações de intervenção.

De acordo com o plano:

O Programa prevê o atendimento das necessidades de construção ou aquisição de unidades habitacionais; de produção ou aquisição de lotes urbanizados; e de requalificação de imóveis existentes (recuperação de terrenos e edifícios) que possam ter seu uso e ocupação modificada para fins habitacionais. Esse Programa poderá atender às famílias em que o Plano define a necessidade de reassentamento.

O Plano também orienta o Município para a aplicação dos recursos próprios em ações por ele priorizadas através de previsões orçamentárias específicas para obras emergenciais de contenções e drenagem (ações estruturais) bem como para projetos de Educação Sanitária e Ambiental.

O plano possibilitou que os servidores da Defesa Civil fossem credenciados para fazer intervenções em áreas de risco e também a receber o financiamento do governo federal, gerando iniciativas públicas harmônicas e integradas com a capacidade de minimizar ou solucionar problemas nas áreas de risco.

Este plano vem como uma primeira iniciativa em diminuir os problemas causados pela moradia irregular, como na Vila Esperança II. Este projeto pode ser válido para diagnosticar os problemas do bairro e as melhores soluções, a fim de dar maior qualidade de vida à área. Pode-se observar que mesmo ocorrendo eventos de ordem ambiental, não se deve afirmar a ausência de políticas que estejam direcionadas para áreas de risco. O plano vem como uma

fonte inicial para se pensar nas formas de diagnosticar e erradicar situação de risco relacionados a escorregamentos, enchentes na cidade de Juiz de Fora.

Os problemas urbanos na cidade estão sendo gerados devido à dificuldade de acesso da população pobre ao mercado de terras e imobiliário, como acontece em todo o país, pois existe o crescimento de ocupações em áreas de encostas e várzeas, sofrendo com deslizamentos e enchentes.

Na Vila Esperança II com os acontecimentos freqüentes de enchentes e deslizamentos, a Prefeitura tem procurado intervir para que incidentes maiores não aconteçam. Quando chega o período das chuvas, a Defesa Civil vai ao bairro e delimita as áreas condenadas. Com isso, pode ser entendido que o Estado promove ações no sentido de evitar ou mitigar os problemas.

Em grande medida, os atuais problemas ambientais do bairro, são resultantes do processo inicial de ocupação, marcado pela construção de moradias em locais de risco. Assim, apesar de ter passado por um significativo processo de melhoramento urbano, através da ação do Estado, o bairro ainda sofre com deslizamentos e enchentes. Nesse sentido, ainda hoje são as habitações em áreas de risco um dos graves problemas que o poder público municipal tem a enfrentar, exigindo políticas habitacionais adequadas.

Considerações Finais

O presente trabalho pretendeu mostrar como as ocupações irregulares e os problemas ambientais são gerados, não pela falta de políticas ou gestão, mas como caudatários do processo histórico da urbanização brasileira fortemente marcada pela (re) produção de desigualdades no espaço urbano

Seu objetivo foi mostrar como os diferentes usos que se faz da cidade produz diferentes valores do solo urbano produzindo mecanismos de distinções territoriais. Contudo, buscou-se empreender a compreensão dessa realidade a partir de uma análise do processo histórico de urbanização das cidades brasileiras, focando no estudo de um bairro da cidade de Juiz de Fora.

Assim, a partir do estudo de Vila Esperança II tentamos identificar os diferentes agentes modeladores do espaço urbano que atuam no sentido de produzir e reproduzir os usos da cidade, focando a relação entre desigualdade sócio-espacial e problemas ambientais.

Como foi apontado no capítulo I, a urbanização no Brasil desde o fim do século XIX até os dias atuais, é caracterizada pela existência de mecanismos de distinção territorial que reforçam a “exclusão” dos pobres na cidade formal. Contudo, esse processo não foi exclusivo das metrópoles. As cidades de porte médio também passaram pelo processo. É o caso de Juiz de Fora cuja expansão urbana ocasionou um agravamento das formas de distinção territorial na cidade. É como fruto desse processo que se formou e se consolidou o bairro de Vila Esperança II, estudado no capítulo II. Bairro de ocupação irregular originado da ação daqueles que Corrêa (2000) chamou de grupos sociais excluídos. Da impossibilidade de ocuparem um lugar na “cidade formal” e no mercado formal de moradias, esse agente teve na ocupação irregular, sua única estratégia de acesso à moradia.

Assim, Vila Esperança II é nitidamente o resultado dessa articulação da ação de três agentes modeladores do espaço, elencados por Corrêa (2000). De um lado, os grupos sociais excluídos que por não ter acesso à cidade formal, ocupam e constroem em áreas que não são de interesse do mercado imobiliário. De outro o grande proprietário fundiário que pressionou o Estado no sentido da resolução do impasse gerado pela ocupação. E por fim, do Estado cuja ação se direcionou no sentido de intermediar o conflito como proprietário fundiário e atender as demandas mínimas dos moradores da ocupação. Nesse sentido, o Estado buscou incorporar o Vila Esperança II a cidade formal sem, contudo, tocar naquela que é a principal causa da existência de formas urbanas como o Vila Esperança: os mecanismos de distinção territorial. É por este motivo que podemos pensar que a ação do Estado, neste sentido, acaba por reforçar esse processo.

Atualmente, o bairro passa por diversos problemas. No âmbito desse trabalho, buscamos destacar o de ordem ambiental. Em grande medida, as ocupações irregulares acabam por impactar de maneira mais agressiva o meio ambiente. Isso, contudo, não significa afirmar que as formas de ocupação regular não geram impactos. Todavia, notamos que no primeiro caso, os impactos são potencializados em função da ausência de estudos técnicos e de uso de materiais adequados na construção das moradias, compatíveis ao tipo de solo e declividade do terreno.

É dessa forma, que no capítulo III, a questão ambiental foi tratada como um problema para a população do bairro, que por estar situado em uma área ambientalmente frágil sofre periodicamente com deslizamentos de terra e enchentes.

Apesar de o Estado buscar meios de estudar as vertentes do crescimento da cidade e solucionar os problemas, não consegue ter a abrangência necessária, deixando defasado o problema ambiental no bairro.

O bairro de Vila Esperança II encontra muitos desafios a serem superados em função da estreita relação entre os problemas sociais e ambientais. Ao Estado cabe a tarefa de diagnosticar os problemas e achar soluções, podendo ser reparadoras ou definitivas.

Esperamos, com essa monografia, ter contribuído para apontar alguns dos desafios enfrentados pela população, da cidade de Juiz de Fora, no que tange as ocupações irregulares e os problemas ambientais resultantes.

Referências Bibliográficas

Anuário Estatístico da Subsecretaria de Defesa Civil da Prefeitura de Juiz de Fora, disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/so/defesacivil/cps/2011.php>

CARLOS, Ana Fani Alessandrini; LEMOS; Amália Inês Geraiges. **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005. (p. 11)

COELHO, Maria Célia Nunes. **Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa**. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (orgs). Impactos ambientais urbanos no Brasil. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

IPPLAN/JF. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: IPPLAN, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MORRIS, R.N. Cidades: **A urbanização da humanidade**. Zahar Editores.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.

ROCHA, Geraldo César. **Riscos Ambientais: análise e mapeamento em Minas Gerais**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

Reportagens extraídas do Jornal Tribuna de Minas.

SANCHEZ, Luis Henrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª Ed. São Paulo: Ed. USP, 2005.

SPOSITO, Maria da Encarnação. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

UFJF/CPS. DI – SUBPROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO HBB – PROGRAMA HABITAR BRASIL – BID. Política Habitacional do Município
Componente A3 do PEMAS - **Produto D: Relatório de estudo da legislação urbanística de Juiz de Fora, voltado à elaboração de Proposta de Plano Municipal de Habitação**. Juiz de Fora: 2007.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. **Construção social da moradia de risco: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora / MG**. Maria Auxiliadora Ramos Vargas - 2006.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano**. São Paulo: Difez, 2006. (Capítulos 12 e 13).

Anexos

ANEXO A – Invasão na Vila Esperança II



ANEXO B – PJF inaugura obras

■ PJF inaugura obras

A prefeitura inaugura amanhã, às 19h30, as obras de urbanização da Vila Esperança II, onde foram investidos R\$961 mil, em recursos do município, Ministério do Bem-Estar Social, governo do estado, Caixa Econômica Federal e Banco Mundial. Os benefícios atingiram 23 ruas, que receberam terraplanagem, drenagem, pavimentação, redes de água e esgoto e energia elétrica.

O calçamento atingiu 35 mil metros quadrados de ruas, foram realizados 1800 metros de drenagem, 5 mil metros de redes de saneamento básico e implantados 140 postes. Atualmente, moram 300 famílias na Vila Esperança.

ta, cinco moram
ram queixa à en

De acordo com
Motta Salles, 71, o problema
volta das 4h
sábado. Os té-
mados na hor
tabelecida.
teve o aparel
cassete e inte
A moradora
casa 23, pró
acidente, pe
de telefone
fluorescentes

Outra m
Carvalho M
também da
queimados
rádio-relóg

■ Mina

Fonte: Jornal tribuna de Minas

ano novo milionário

Rede de luz chega à Vila Esperança II

A partir de agora, serão programadas as ligações residenciais, com padrões subsidiados pela prefeitura e pagamento facilitado para famílias carentes

A energia elétrica chegou ontem à Vila Esperança II, em Benfica, concluindo o programa de urbanização iniciado pela prefeitura em agosto do ano passado. A entrega oficial das obras de infraestrutura e saneamento aconteceu no início da noite e contou com show musical, além de manifestações artísticas da própria comunidade.

Foram instalados 140 postes, que totalizam investimento de R\$96 mil, abrangendo 23 ruas, dentro do projeto Clarcar, desenvolvido pela prefeitura e governo estadual (Cemig). A partir de agora, serão programadas as ligações residenciais, com os benefícios do programa de padrões subsidiados da prefeitura, que facilita o pagamento para as famílias carentes.

O prazo inicial para executar a urbanização da Vila Esperança II era de 24 meses, mas o trabalho acabou sendo realizado em 15, ressaltou André Guimarães, assessor da Emcasa. As secretarias envolveram diversos setores da prefeitura, como a de Obras, sob a direção Municipal da Emcasa. Para finalização do projeto, foram empregados técnicos do Ministério do Bem-Estar Social, governo de Minas Gerais, Caixa Econômica Fede-

Plantio de mudas dá impulso a programa

A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento, iniciou ontem uma nova fase do Programa Frutificar com o plantio de 35 mil mudas no Sítio Esperança, no bairro Marumbi. A solenidade contou com a presença do secretário Paulo do Carmo Martins, do delegado regional do Instituto Mineiro de Agropecuária, Benedito da Costa Santos Filho, e do chefe do escritório regional da Emater, Paulo Carvalho Fonseca. Vinte e oito produtores estão sendo beneficiados, correspondendo a mais de 40 hectares plantados.

Paulo do Carmo Martins informou que foram concedidos os seguintes benefícios aos produtores: análise do solo, transporte, treinamento, aluguel de trator e aquisição de mudas, sendo estes dois últimos subsidiados e os demais gratuitos. A prefeitura adquiriu um trator, equipamento utilizado para fazer covas, com uma produtividade equivalente a 30 homens.

O secretário enfatizou que o Programa Frutificar tem uma conotação eminentemente comercial, não visando de forma alguma fazer pomares domésticos. Encara esta ação como uma alternativa comercial para o produtor, destacando que a produção de frutas cresce 2% ao ano no mundo, e a

Zona da Mata possui aptidão para este cultivo, com a existência de agro indústrias na região.

Segundo Paulo do Carmo Martins, a SMAA fecha 94 consolidando um trabalho iniciado no ano passado, quando foi montada a estrutura de reprodução de mudas na Fazenda Santa Cruz, com o Pomar Matriz. O projeto foi lançado em agosto para os produtores e agora chega a esta fase com a participação do IMA e da Emater.

No próximo ano, o objetivo é duplicar o alcance, abrindo inscrições em agosto.

Paulo do Carmo Martins disse ainda que a previsão é de abranger 100 hectares em 95 e outros 100 hectares em 96, fechando a administração com 250 hectares. Isto representaria, na sua opinião, uma alternativa significativa em Minas Gerais. Ao IMA coube fazer a análise do solo para os produtores, participando ativamente na definição do produto a ser plantado e na indicação dos locais para aquisição de mudas.

Paulo Carvalho Fonseca declarou que a fruticultura é uma opção bastante favorável para os produtores da região, acentuando que a Emater acompanha o projeto desde a estruturação do Pomar Matriz, dando todo o respaldo técnico aos produtores.



Fonte:

ANEXO C – Regularização da posse da terra



Fonte: Jornal Tribuna de Minas

ANEXO D – Inauguração da Escola Municipal Áurea Nardelli



Fonte: Jornal Tribuna de Minas

ANEXO E – Chuvas causam desabamento de casas

Chuva derruba 15 casas na Vila Esperança

A chuva de granizo e o vento forte causaram o desabamento de 15 casas e o destelhamento de outras 40 na Vila Esperança II, Benfica, São Pedro, Solidariedade e Paula Lima. Duas mulheres ficaram feridas e, segundo a Defesa Civil, há 15 famílias desabrigadas e oito desalojadas, estando duas na Febem. O prefeito Custódio Mattos e a construtora Sical vistoriaram ontem o local e constataram a necessidade de algumas correções na obra, como o reforço das paredes. As casas destruídas na Vila Esperança II fazem parte do projeto Habitar Brasil. (Pag.10)

Roberto Fulgêncio



■ Desolação

Chuva e vento derrubam e destelham casas do Programa Habitar Brasil na Vila Esp